

LISE NERY MOTA
Advogada, Pós-Graduada em Direito Civil pelo JusPODIVM - Faculdade
Jorge Amado. Pós-Graduada pela escola da
Magistratura da Bahia - EMAS

**PRISÃO CIVIL COMO TÉCNICA DE EFETIVAÇÃO DAS DECISÕES
JUDICIAIS**

Editora Lumen Juris

Rio de Janeiro, 2007.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| Apresentação | xiii |
| Prefácio | xv |
| Introdução | 1 |
| Capítulo 1 - A Efetividade das Decisões Jurídicas | 3 |
| 1.1. A necessidade de efetivação do processo. | 3 |
| 1.2. A efetividade processual e a tutela jurisdicional | 7 |
| 1.3. Garantia constitucional ao acesso à ordem jurídica justa | 12 |
| 1.3.1. Direito de ação e a ampla defesa | 23 |
| 1.3.2. Celeridade processual | 26 |
| 1.3.3. O processo como instrumento da prestação jurisdicional | 31 |
| 1.3.4. Tutela jurisdicional diferenciada | 36 |
| Capítulo 2 - A Prisão Civil como Técnica de Efetivação do § 5º do Art. 461 CPC | 45 |
| 2.1. Considerações Gerais | 45 |
| 2.2. A insuficiência da classificação tríplice dos provimentos jurisdicionais | 49 |
| 2.3. A primazia da tutela específica | 57 |
| 2.3.1. Argumentos contrários à utilização da tutela específica | 59 |
| 2.3.2. Posição atual do problema | 61 |
| 2.4. O Código Civil de 2002 e a moderna sistemática da efetivação das decisões judiciais | 73 |
| 2.5. O resultado prático equivalente | 81 |
| 2.6. A contempt of court coercitiva | 88 |
| 2.7. As medidas necessárias | 91 |
| 2.8. Conflitos entre princípios constitucionais | 95 |
| 2.9. Prisão civil como medida coercitiva inominada. A nova proposta contida na reforma processual civil | 103 |
| 2.9.1. Considerações preliminares | 103 |
| 2.9.2. Noções históricas | 104 |
| 2.9.3. Rápidas considerações sobre a interpretação do Direito | 107 |
| 2.9.4. Posicionamentos contrários à prisão civil | |

| | |
|--|-----|
| inominada ou nominada | 116 |
| 2.9.5. Posicionamentos favoráveis à prisão civil | 120 |
| 2.9.6. Nossa posição | 128 |
| 2.9.6.1. O uso da prisão enquanto medida inominada na proteção dos interesses difusos | 128 |
| 2.9.6.2. As hipóteses constitucionais | 141 |
| 2.9.6.3. A questão do art. 885 do CPC | 150 |
| 2.9.6.4. Arremate | 154 |
| 2.9.7. Prisão civil e a Convenção dos Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) | 159 |
| 2.9.7.1. Breve exposição acerca da incorporação e hierarquia dos tratados internacionais. recepção pelo ordenamento jurídico brasileiro | 159 |
| 2.9.7.1.1. A aplicabilidade dos tratados | 160 |
| 2.9.7.1.2. Hierarquia dos tratados internacionais | 165 |
| 2.9.7.1.3. A influência da Emenda Constitucional | 171 |
| 2.9.7.2. Congruência sistemática da prisão civil inominada com o Pacto de São José da Costa Rica | 173 |
| 2.9.8. Prisão penal e o crime de desobediência | 176 |
| Notas Conclusivas | 187 |
| Referências | 191 |
| Anexos: | |
| 1. Anexo I | 207 |
| 2. Anexo II | 216 |
| 3. Anexo III | 218 |
| 4. Anexo IV | 222 |
| 5. Anexo V | 225 |